

SONS DA SOLIDÃO: ECONOMIA, TERRITÓRIO E PODER NO CONTEXTO DA INDEPENDÊNCIA EM GOIÁS (1803-1826)

SOUNDS OF SOLITUDE: ECONOMY, TERRITORY, AND POWER IN THE CONTEXT OF INDEPENDENCE IN GOIÁS (1803-1826)

Eduardo José Reinato

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i9.789>

Aceito em: 11.09.2026

Resumo: Este artigo analisa as transformações econômicas, territoriais e político-administrativas ocorridas em Goiás entre 1803 e 1826, buscando compreender os sentidos assumidos pelo processo de Independência em uma região marcada pela crise da mineração, pela expansão da pecuária e pela dispersão populacional. Parte-se da hipótese de que o chamado isolamento goiano não constituiu apenas uma condição geográfica, mas uma experiência histórica produzida pela articulação entre distância dos mercados litorâneos, precariedade dos meios de comunicação, transformação da estrutura produtiva e inadequação de um aparato administrativo organizado segundo as necessidades de uma sociedade mineradora. A partir de relatos de viagem, memórias, documentação administrativa e da historiografia mobilizada no manuscrito, examina-se o deslocamento da economia mineral para as atividades agropecuárias, a perda de centralidade dos antigos arraiais e o fortalecimento de grupos locais ligados à propriedade rural, ao comércio e à burocracia. Em seguida, analisa-se a administração de Caetano Maria Lopes Gama como estudo de caso para compreender as tentativas de reorganização da Província de Goiás no interior da nova ordem imperial. Argumenta-se que a Independência, em Goiás, não significou apenas a substituição da autoridade portuguesa pela autoridade brasileira, mas abriu um campo de negociação acerca da administração, da circulação, da infraestrutura e da autonomia dos grupos locais. Conclui-se que a experiência goiana contribui para compreender a formação do Estado imperial como processo de negociação entre diferentes escalas de poder e como esforço de adaptação institucional a uma sociedade profundamente transformada pela crise da mineração.

Palavras-chave: Goiás; Independência; pecuária; administração provincial; poder local.

Abstract: This article analyzes the economic, territorial, and political-administrative transformations that took place in Goiás between 1803 and 1826, seeking to understand the meanings assumed by the Independence process in a region marked by the decline of mining, the expansion of cattle raising, and population dispersion. It argues that Goiás's so-called isolation was not merely a geographical condition, but a historical experience produced by the articulation of distance from coastal markets, precarious means of communication, transformations in the productive structure, and the inadequacy of an administrative apparatus organized according to the needs of a mining society. Drawing on travel accounts, memoirs, administrative

documentation, and the historiography used in the original manuscript, the article examines the shift from mineral production to agricultural and pastoral activities, the decline of the old mining settlements, and the strengthening of local groups associated with landownership, commerce, and bureaucracy. It then analyzes the administration of Caetano Maria Lopes Gama as a case study through which to understand the attempts to reorganize the Province of Goiás within the new imperial order. The article argues that Independence in Goiás did not merely mean the replacement of Portuguese authority by Brazilian authority; rather, it opened a field of negotiation concerning administration, circulation, infrastructure, and the autonomy of local groups. It concludes that the experience of Goiás contributes to understanding the formation of the Brazilian imperial state as a process of negotiation between different scales of power and as an effort to adapt institutions to a society profoundly transformed by the decline of mining.

Keywords: Goiás; Independence; cattle raising; provincial administration; local power.

1 Introdução

No centro do sertão, aquilo que parece silêncio nem sempre corresponde à ausência de história. Em *Grande Sertão: Veredas*, Guimarães Rosa formula a ideia de que “tudo é e não é”, expressão que pode servir como chave de leitura para uma experiência histórica particularmente significativa de Goiás entre o final do período colonial e os primeiros anos do Império. Inserida territorialmente na América portuguesa e, posteriormente, no Império do Brasil, a região permaneceu marcada por formas específicas de distância em relação aos principais centros econômicos e políticos do litoral. Essa condição, contudo, não deve ser compreendida como simples ausência ou marginalidade. O chamado isolamento goiano foi uma experiência historicamente produzida, relacionada às transformações da economia mineradora, à dispersão populacional, à expansão da pecuária, às dificuldades de circulação e às tensões entre uma estrutura administrativa construída para uma sociedade mineradora e uma sociedade que progressivamente assumia características agrárias e pastoris.

A formação histórica de Goiás esteve diretamente relacionada à expansão da presença portuguesa no interior da América. A descoberta das minas de ouro, na década de 1720, favoreceu a incorporação do território à administração portuguesa e estimulou a formação de núcleos de povoamento articulados à atividade mineradora. A criação da Capitania de Goiás, em 1749, consolidou administrativamente essa presença. A mineração passou, então, a desempenhar papel decisivo na organização econômica e territorial da região, contribuindo para a constituição de arraiais, circuitos comerciais e mecanismos administrativos voltados à fiscalização da produção e da circulação da riqueza.

A economia mineradora, entretanto, apresentou uma trajetória relativamente breve. O auge da produção aurífera ocorreu em meados do século XVIII, seguido por um declínio progressivo que se tornou particularmente acentuado depois de 1770. Essa transformação não produziu simplesmente uma interrupção da atividade econômica. Ao contrário, estimulou a

constituição de novas estratégias de sobrevivência e reprodução econômica. Paralelamente à mineração, desenvolveu-se uma agricultura de autoconsumo e, posteriormente, ampliaram-se as atividades agrícolas destinadas ao comércio e, sobretudo, a criação de gado.

Sérgio Paulo Moreyra chamou atenção para a existência de uma sociedade que se desenvolvia “à sombra do ouro”, destacando que a mineração não esgotava as formas de ocupação e produção existentes em Goiás. A agricultura de autoconsumo constituía uma dessas dimensões. Desenvolvida sob as limitações impostas pela legislação colonial, ela era fundamental para a manutenção das unidades produtivas e para o abastecimento da população escravizada. Ao mesmo tempo, sua existência revela a capacidade dos habitantes da região de construir formas de adaptação às exigências da economia mineradora e às limitações da administração colonial (Moreyra, 1982, p. 262).

Com o declínio das lavras, essa agricultura ganhou novas funções. A partir da década de 1770, multiplicaram-se os requerimentos de sesmarias apresentados por mineradores que buscavam terras para produzir gêneros destinados à manutenção dos escravizados empregados nas atividades de mineração. Na década seguinte, a produção agrícola passou por mudanças qualitativas, com a expansão das áreas cultivadas e a busca por terras mais distantes dos antigos arraiais. O território começava a ser reorganizado segundo uma lógica distinta daquela que havia predominado durante o auge da mineração.

A mudança econômica também foi uma mudança territorial. Os antigos arraiais haviam sido construídos em estreita relação com as zonas de exploração aurífera. Quando a mineração perdeu centralidade, esses núcleos deixaram progressivamente de corresponder aos principais espaços de produção e circulação. A expansão das atividades agrícolas e pecuárias estimulou a ocupação de áreas mais amplas, muitas vezes afastadas dos centros urbanos. A população se dispersou e as unidades produtivas rurais adquiriram maior autonomia.

É nesse processo que a pecuária ganhou importância. A criação de gado apresentava uma vantagem fundamental diante das condições materiais de Goiás: o próprio animal podia ser deslocado até os mercados consumidores. Enquanto produtos agrícolas enfrentavam custos elevados de transporte e dificuldades para alcançar as praças litorâneas, o gado podia percorrer grandes distâncias. A pecuária constituiu, assim, uma resposta econômica às condições produzidas pelo declínio da mineração e pela precariedade das comunicações.

Essa transformação não significou o desaparecimento da agricultura, mas a constituição de uma economia progressivamente marcada pelas atividades agropecuárias. O resultado foi uma sociedade mais dispersa, menos dependente dos antigos centros mineradores e organizada em torno de unidades produtivas rurais. Moreyra observa que esse processo foi acompanhado pela tendência à autarquização das unidades produtivas e pelo declínio relativo dos núcleos urbanos (MOREYRA; CAMÁRCIO; GONÇALVES, 1987, p. 15). Essa interpretação pode ser ampliada pelas contribuições de Paulo Bertran, especialmente em *História da Terra e O Homem no Planalto Central*, obras nas quais o autor evidencia a importância da ocupação territorial,

da economia agropecuária e das formas de povoamento na constituição histórica de Goiás. Para Bertran, a formação do território goiano deve ser compreendida a partir da articulação entre as atividades econômicas, a apropriação da terra e a dispersão dos grupos humanos pelo espaço. Nessa perspectiva, o declínio da mineração não representou apenas a retração de uma atividade econômica, mas uma reconfiguração das relações entre território, produção e sociedade, favorecendo a consolidação de uma economia rural e de formas de ocupação mais dispersas. Essa leitura pode ser aproximada das reflexões de José Mendonça Teles, cuja obra *Memórias goianas* contribui para compreender a permanência de experiências, práticas sociais e formas de sociabilidade vinculadas à constituição histórica do território goiano. Ao recuperar memórias e aspectos da formação de Goiás, Teles permite perceber que a reorganização econômica posterior à mineração não se restringiu às estruturas produtivas, mas alcançou também as formas de vida, os modos de ocupação e as referências sociais construídas no espaço regional (Teles, 1982). Assim, a passagem da sociedade mineradora para uma sociedade predominantemente agropecuária deve ser entendida como um processo de transformação das próprias estruturas territoriais e sociais de Goiás, no qual economia, ocupação da terra, povoamento e memória se articularam na constituição de uma nova configuração histórica (Bertran, 1994; Bertran, 1997; Teles, 1982).

A transformação econômica produziu, portanto, um novo problema: o aparato administrativo continuava estruturado segundo necessidades associadas a uma sociedade mineradora, enquanto a sociedade que deveria governar havia se tornado progressivamente rural, dispersa e pecuária. A justiça local, a administração fiscal e os demais mecanismos de governo passaram a enfrentar dificuldades crescentes para atuar sobre um território cada vez mais amplo e menos concentrado.

É nesse ponto que o conceito de isolamento adquire importância analítica. Não se trata apenas da distância geográfica entre Goiás e os centros litorâneos. O isolamento deve ser entendido como uma condição econômica, territorial, administrativa e política. A precariedade das estradas dificultava a circulação; as grandes distâncias limitavam a inserção dos produtos goianos nos mercados; a dispersão populacional dificultava a fiscalização; e os antigos arraiais deixavam de corresponder aos espaços fundamentais da vida econômica.

O declínio da mineração não encerrou apenas um ciclo econômico; abriu, em Goiás, um tempo de profundas mudanças na maneira de ocupar a terra, organizar a produção e articular a vida social. À medida que os antigos núcleos mineradores perdiam centralidade e a economia agropecuária ganhava espaço, novas formas de povoamento e de circulação se afirmavam, trazendo consigo outras necessidades de administração, ordenamento e poder. Foi nesse cenário de lenta transformação que a Independência encontrou Goiás, inserindo-se em uma sociedade que já experimentava mudanças em suas bases econômicas e territoriais e que, diante delas, precisava também reinventar suas formas de organização política.

A Independência, em Goiás, não se apresentou simplesmente como o reflexo distante de uma ruptura política produzida nos grandes centros do litoral. Quando seus ecos alcançaram o território goiano, encontraram uma

sociedade que já vinha sendo lentamente transformada pelas décadas posteriores ao declínio da mineração. A economia havia mudado, a população se dispersara pelo território, antigos arraiais perderam parte de sua centralidade e as formas de administração herdadas de outro tempo revelavam, cada vez mais, seus limites diante de uma realidade em movimento. A ruptura política, nesse sentido, tornou visíveis tensões que não nasceram em 1822, mas que haviam sido sedimentadas ao longo de um processo mais amplo de transformação econômica, territorial e social. Foi nesse terreno, já marcado por deslocamentos e descompassos, que grupos locais passaram a reivindicar novas formas de organização do poder, da administração e da própria vida provincial.

É nesse entrelaçamento entre território, economia e poder que se inscreve a atuação de Caetano Maria Lopes Gama à frente da Província de Goiás. Sua administração permite acompanhar, em escala particularmente reveladora, o encontro entre as expectativas de construção do novo Império e as circunstâncias concretas de uma sociedade distante dos centros decisórios, marcada pela dispersão populacional, pelas dificuldades de comunicação e pela força das estruturas rurais. Mais do que a simples aplicação, em terras goianas, de um projeto político concebido alhures, sua presença no governo provincial revela as negociações, os ajustes e as tensões que acompanharam a incorporação de Goiás à nova ordem imperial. A administração de Lopes Gama torna-se, assim, uma janela através da qual é possível observar como o projeto de construção do Estado se encontrava com interesses, resistências e necessidades produzidas no próprio território.

Para acompanhar esse movimento, é preciso fazer dialogar diferentes vestígios do passado. Relatos de viagem, memórias, documentos administrativos e a historiografia permitem recompor, ainda que de maneira fragmentária, as transformações que atravessaram Goiás entre o final do período colonial e os primeiros anos do Império. Entre esses testemunhos, encontram-se os escritos de Auguste de Saint-Hilaire e Luís Antônio da Silva e Souza, além da documentação administrativa preservada pelo Serviço de Documentação do Estado de Goiás, particularmente aquela relacionada à administração de Lopes Gama. Esses registros, entretanto, não serão tomados como espelhos transparentes da realidade. Cada um deles carrega o olhar, a linguagem, os interesses e o lugar social de quem escreveu. O viajante que percorre as estradas de Goiás, o memorialista que transforma experiências em narrativa e o funcionário que registra os atos da administração produzem imagens distintas de um mesmo território. É justamente no intervalo entre essas imagens, nas suas aproximações, silêncios e contradições, que a experiência histórica da Independência em Goiás pode ser reconstruída.

A interpretação também dialoga com Sérgio Paulo Moreyra e Laura de Mello e Souza. Para Moreyra (1986) é fundamental para compreender a passagem da mineração à agropecuária e a reorganização territorial de Goiás. Laura de Mello e Souza fornece uma chave para pensar as relações entre centro e periferia no mundo luso-brasileiro e a articulação entre diferentes espaços no processo de construção do poder imperial (SOUZA, 2006, p. 12).

A análise está organizada em três movimentos principais. Inicialmente, examina-se a passagem da mineração à pecuária e seus efeitos sobre a ocupação do território. Em seguida, analisa-se o isolamento como experiência histórica e a crise de adequação do aparato administrativo. Por fim, toma-se a administração de Caetano Maria Lopes Gama como estudo de caso para compreender as disputas e negociações que acompanharam a formação da Província de Goiás no contexto da Independência.

2 Da mineração à pecuária: transformação econômica e dispersão territorial.

A incorporação de Goiás à América portuguesa esteve diretamente relacionada à exploração aurífera. A mineração funcionou como importante agente de ocupação territorial e orientou a criação dos primeiros núcleos de povoamento e das estruturas administrativas. A criação da Capitania de Goiás, em 1749, consolidou essa organização.

A mineração, contudo, apresentou duração relativamente curta. Iniciada na década de 1720, atingiu seu auge em meados do século XVIII e entrou em declínio progressivo, particularmente depois de 1770. A queda da produção aurífera alterou não apenas os níveis de riqueza disponíveis, mas também os mecanismos de organização da sociedade.

A agricultura de autoconsumo já existia durante o período minerador. A chamada agricultura de autoconsumo pode ser compreendida como uma forma de organização da produção rural na qual a principal finalidade da atividade agrícola não reside na produção sistemática de mercadorias para os mercados externos, mas no abastecimento da própria unidade produtiva, garantindo alimentos e outros recursos necessários à sua reprodução cotidiana. Em Goiás, essa forma de agricultura ganhou importância sobretudo à medida que o declínio da mineração deslocou o eixo da economia para o campo. Como observa Sérgio Paulo Moreyra (1973), a reorganização econômica posterior à crise mineradora esteve relacionada à constituição de unidades produtivas mais autônomas e à dispersão da população pelo território, processo que conferiu novo significado à produção agropecuária. A agricultura de autoconsumo, nesse quadro, não deve ser confundida com uma economia absolutamente fechada ou isolada. Ao lado da produção destinada à subsistência, existiam trocas, abastecimento dos povoados e circulação de excedentes, estabelecendo uma relação contínua, ainda que limitada, entre as unidades rurais e os mercados locais. A própria historiografia sobre Goiás destaca que, antes da expansão das redes de transporte e da integração mais intensa aos mercados regionais, a agricultura atendia predominantemente às necessidades de consumo local, enquanto os excedentes encontravam formas restritas de circulação.

Nesse sentido, a agricultura de autoconsumo constituiu menos uma condição de isolamento do que uma estratégia de reprodução econômica em um território marcado pela distância, pela precariedade dos caminhos, pela escassez de mercados consumidores e pela reduzida monetarização das relações econômicas. Sua importância histórica está justamente nessa

capacidade de sustentar a vida material de uma sociedade que se interiorizava e se dispersava. O cultivo de alimentos, a criação de animais, a produção doméstica de derivados e o aproveitamento dos recursos disponíveis no próprio território formavam um conjunto de práticas que permitia às unidades rurais reduzir sua dependência de bens externos. Ao mesmo tempo, aquilo que excedia as necessidades imediatas podia ser trocado ou comercializado, sobretudo nos circuitos locais de abastecimento. A agricultura de autoconsumo, portanto, deve ser entendida como parte de uma economia rural diversificada, na qual subsistência, troca e pequena comercialização coexistiam e se articulavam.

Essa perspectiva permite compreender melhor a transformação de Goiás após o declínio da mineração. A ruralização não significou simplesmente o retorno a uma economia de subsistência, mas a formação de uma nova configuração econômica e territorial, assentada na fazenda, na produção agropecuária e em formas de autonomia relativa das unidades rurais. A agricultura de autoconsumo tornou-se, assim, uma das bases materiais dessa sociedade em transformação: alimentava famílias e povoados, sustentava a ocupação dispersa do território e, simultaneamente, produzia excedentes capazes de alimentar circuitos de troca. É nessa combinação entre autonomia produtiva e circulação limitada de mercadorias que se encontra uma das características fundamentais da economia goiana do período.

Sua função era garantir parte do abastecimento das unidades produtivas e reduzir os custos de reprodução da atividade. A documentação referente às sesmarias demonstra que, a partir de 1770, mineradores passaram a solicitar terras para o cultivo de roças destinadas à manutenção dos escravizados empregados nas minas. Essa mudança indica que a própria economia mineradora começava a incorporar estratégias de produção agrícola mais sistemática.

A agricultura, entretanto, assumiu importância crescente à medida que a mineração perdia capacidade de sustentar os circuitos econômicos regionais. A partir da década de 1780, produtores passaram a procurar áreas maiores e mais distantes dos antigos arraiais, seja pela necessidade de solos adequados, seja porque as terras próximas aos núcleos urbanos já estavam ocupadas. O movimento produziu um processo de dispersão territorial.

As novas áreas agrícolas também eram escolhidas em função das possibilidades de circulação. Os produtores buscavam estabelecer relações com mercados sertanejos e com regiões como Franca, Paracatu, Barra, São Simão e Jacobina, procurando reduzir os custos de transporte e ampliar as possibilidades de comercialização (MOREYRA, 1982).

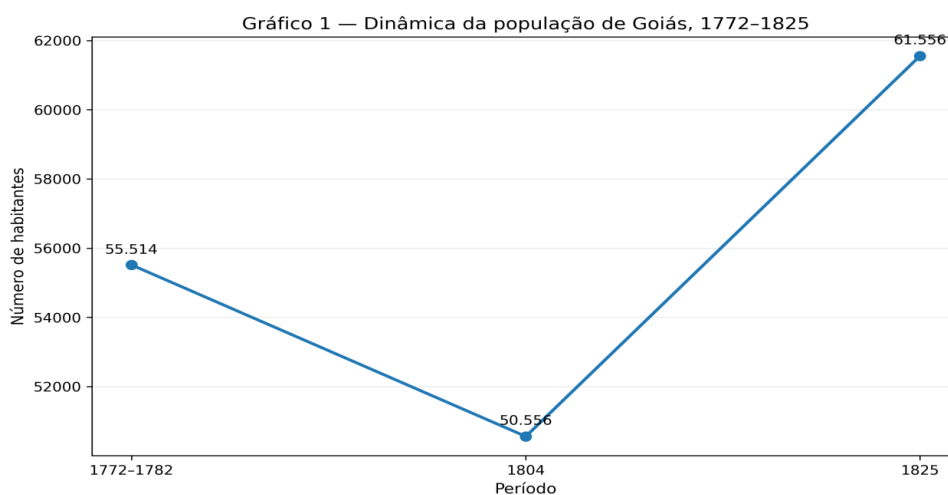
O deslocamento da população para áreas rurais alterou a geografia econômica de Goiás. Os arraiais, anteriormente organizados em torno da atividade mineradora, perderam progressivamente parte de sua centralidade. A vida econômica começou a se deslocar para as unidades produtivas rurais.

Nesse processo, a pecuária tornou-se uma das principais alternativas. Lavradores passaram a abandonar determinadas atividades agrícolas e a incorporar-se à criação de gado. A pecuária

apresentava vantagens diante das dificuldades de transporte: o produto podia deslocar-se pelos próprios meios, reduzindo parte dos obstáculos enfrentados pelos produtos agrícolas.

Moreyra, Camárcio e Gonçalves identificam esse deslocamento da produção mineral para outras atividades, destacando a importância da pecuária, da produção agrícola, da indústria artesanal agrária e da exportação de peles e animais (MOREYRA; CAMÁRCIO; GONÇALVES, 1987, p. 15). A mudança deve ser compreendida, portanto, como uma reorganização da economia, e não simplesmente como sua decadência. A mineração deixou de ocupar a posição central que havia desempenhado, enquanto a sociedade construiu novas formas de produção e circulação.

Essa reorganização econômica também produziu efeitos sobre a dinâmica demográfica de Goiás. A representação gráfica permite visualizar com maior clareza a oscilação dos contingentes populacionais. Entre 1772–1782 e 1804, observa-se uma redução de 55.514 para 50.556 habitantes, seguida por uma recuperação expressiva nas décadas seguintes, alcançando 61.556 habitantes em 1825. A trajetória, entretanto, está longe de configurar uma linha contínua de crescimento ou declínio. Ela expressa uma sociedade em movimento, na qual deslocamentos internos, migrações inter-regionais e mudanças nas áreas de ocupação interferiam diretamente na composição demográfica. Os números, portanto, adquirem maior significado quando relacionados às transformações econômicas e territoriais que acompanharam a passagem de uma sociedade marcada pela mineração para outra progressivamente organizada em torno da produção agropecuária.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de Luís Antônio da Silva e Souza.
Nota: os valores representam os contingentes populacionais registrados nos períodos indicados.

A questão demográfica não pode, portanto, ser explicada apenas por um processo de despovoamento. O movimento populacional envolvia entradas, saídas e deslocamentos internos. A transformação econômica produziu uma redistribuição da população e uma nova relação entre os espaços urbanos e rurais.

A paisagem dos antigos arraiais expressava essa transformação. Saint-Hilaire encontrou, em sua passagem por Goiás, casas abandonadas, engenhos desertos e lavouras deixadas para trás.

Seus relatos descrevem uma sociedade marcada pela pobreza, pelas distâncias e pela dificuldade de circulação.

Em uma passagem utilizada no manuscrito, Saint-Hilaire caracteriza os habitantes de Goiás como vivendo em condições de isolamento e indigência (Saint-Hilaire, 1937, p. 187). Essa observação precisa ser lida dentro do horizonte intelectual do viajante, mas é importante porque registra uma experiência de distância e precariedade percebida por um observador externo.

A experiência do isolamento, entretanto, coexistia com estratégias econômicas de adaptação. Os proprietários rurais procuravam alternativas para enfrentar as dificuldades impostas pelas distâncias. Produtos como cana, algodão, café e fumo encontravam obstáculos para chegar aos mercados consumidores do litoral. A pecuária apresentava condições mais favoráveis.

Em 1819, Saint-Hilaire registrou a existência de taperas, engenhos desertos e lavouras abandonadas. Ao mesmo tempo, o gado se consolidava como uma das alternativas econômicas mais adequadas às condições regionais. A pecuária permitia articular áreas distantes aos mercados e contribuía para a ocupação de novas porções do território.

O resultado foi uma sociedade progressivamente mais ruralizada e dispersa. O território deixou de ser organizado exclusivamente pela geografia da mineração e passou a ser articuladas por propriedades rurais, rotas de gado e circuitos de comércio. Essa transformação econômica produziu uma consequência política decisiva: os espaços nos quais se encontravam as instituições administrativas já não correspondiam necessariamente aos espaços nos quais se encontravam as principais atividades econômicas.

A administração continuava concentrada nos antigos arraiais, enquanto a população e a produção se espalhavam pelo território. A distância entre Estado e sociedade aumentava não porque o Estado houvesse desaparecido, mas porque suas instituições haviam sido concebidas para uma configuração territorial diferente. É essa contradição que permite compreender o isolamento como experiência histórica.

3 O isolamento como experiência histórica: crise administrativa e reorganização do poder

A transformação econômica de Goiás alterou as condições materiais de exercício do poder. As instituições administrativas haviam sido estruturadas para controlar e fiscalizar uma economia mineradora relativamente concentrada. Com a expansão da agricultura e da pecuária, a população se dispersou e as atividades produtivas passaram a desenvolver-se em áreas mais distantes dos antigos núcleos.

A justiça local, a administração fiscal e outros setores administrativos passaram a enfrentar dificuldades para exercer suas funções. Não se tratava simplesmente de incompetência administrativa. O problema era estrutural: as instituições precisavam atuar sobre um território cuja organização econômica e demográfica havia mudado.

O aparato administrativo permanecia presente, mas sua capacidade de intervenção tornava-se descontínua. A distância dificultava a fiscalização e ampliava a necessidade de mediação entre as autoridades e a população.

O sistema fiscal oferece exemplo significativo. A transformação da economia reduzia a capacidade de arrecadação, ao mesmo tempo em que a dispersão territorial dificultava a cobrança. O manuscrito identifica, nesse contexto, práticas como a recusa de agentes em cobrar impostos de parentes e amigos e a taxação de bens por valores inferiores aos reais. Essas práticas não devem ser interpretadas exclusivamente como desvios individuais. Elas revelam a importância das relações sociais na operação cotidiana da administração. Parentesco, compadrio e amizade constituíam redes que atravessavam a burocracia e estabeleciam formas de negociação entre interesses privados e funções públicas.

A debilidade do poder coercitivo do Estado era ampliada pelo fato de os arraiais, onde se encontravam os órgãos administrativos, deixarem de ser o centro da vida econômica. A sociedade se deslocava espacialmente, enquanto o aparato administrativo permanecia ancorado em uma configuração territorial anterior.

Esse descompasso produziu novas formas de poder local. Fazendeiros, comerciantes, burocratas e políticos passaram a ocupar posições estratégicas na mediação entre a sociedade e o governo. O domínio da propriedade, da informação, da escrita e das relações pessoais constituía recursos políticos. Os proprietários rurais frequentemente dependiam de padres, homens letrados e funcionários para apresentar suas demandas às autoridades. Esses mediadores estabeleciam conexões entre o mundo rural e a administração.

O poder local não era, portanto, exterior ao Estado. Ele participava do funcionamento do Estado. A administração dependia das redes locais para alcançar uma sociedade dispersa, enquanto os grupos locais dependiam da burocracia para encaminhar suas reivindicações. Essa relação ajuda a compreender o surgimento de críticas à administração colonial. A questão não era simplesmente substituir funcionários ou reduzir impostos. Era adaptar a estrutura de governo às condições de uma sociedade que havia deixado de ser predominantemente mineradora.

Nesse sentido, o isolamento possuía uma dimensão política. A distância em relação aos centros litorâneos significava também distância em relação aos centros decisórios. Ordens, leis e autoridades chegavam a Goiás, mas sua aplicação dependia das condições locais. A administração era, portanto, resultado de negociações. O poder central precisava das elites locais para fazer funcionar suas instituições; as elites precisavam do poder público para assegurar infraestrutura, reconhecimento, circulação e estabilidade.

A noção de isolamento deve ser entendida, por isso, como uma experiência socialmente diferenciada. Para proprietários rurais, a distância podia significar maior autonomia diante do fisco. Para comerciantes, constituía obstáculo à circulação. Para funcionários, representava dificuldades profissionais e materiais. Para os grupos interessados na reorganização econômica,

indicava a necessidade de melhorar estradas, pontes e vias de navegação. O isolamento não era uma condição imóvel. Ele produzia comportamentos, estratégias e demandas.

É nesse ponto que a análise se aproxima da discussão de Laura de Mello e Souza sobre o Império luso-brasileiro. A autora chama atenção para a necessidade de compreender a articulação entre diferentes espaços e para a relação entre centro e zonas periféricas do poder. A unidade imperial não dependia necessariamente da homogeneidade territorial; ao contrário, precisava articular diferentes partes e diferentes condições locais (Souza, 2006, p. 12).

A experiência de Goiás pode ser compreendida a partir dessa chave. A região não estava fora do Império. Sua posição periférica era produzida dentro das relações imperiais. A distância não significava ausência de vínculos, mas formas particulares de articulação. Essa perspectiva também permite superar a ideia de que a Independência teria simplesmente “chegado” a Goiás. O processo político encontrou uma sociedade que já possuía demandas próprias e que buscava formas de reorganizar suas relações com o poder.

A defesa dos “interesses do povo goiano”, registrada em algumas memórias de José Rodrigues Jardim, deve ser entendida como linguagem política produzida por determinados grupos. O “povo” não correspondia necessariamente à totalidade da população. A expressão permitia apresentar demandas de grupos dirigentes como interesses da província. A crítica à administração, nesse contexto, adquiria significado político. Os grupos locais reconheciam que o aparato existente não correspondia às necessidades de uma sociedade agropecuária. Essa percepção preparou condições para a atuação de personagens capazes de negociar entre a realidade provincial e o projeto imperial. Caetano Maria Lopes Gama é particularmente significativo nesse sentido.

4 Caetano Maria Lopes Gama e a administração de Goiás

A passagem de Goiás à condição de província ocorreu em um momento de profunda reorganização política. O novo Império precisava consolidar sua autoridade sobre territórios que possuíam trajetórias econômicas e sociais distintas. Goiás apresentava desafios particulares em razão de sua distância, dispersão populacional, precariedade das comunicações e força dos grupos locais.

Caetano Maria Lopes Gama assumiu a presidência da Província de Goiás em 14 de setembro de 1824, permanecendo no cargo até 15 de março de 1827. Sua trajetória anterior havia sido marcada pela formação jurídica e pela participação nos acontecimentos políticos relacionados à Independência. Nascido em Pernambuco no final do século XVIII, diplomou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1819. Retornou ao Brasil e foi nomeado ouvidor-geral da Paraíba, onde participou da Junta de Governo Provisório. Posteriormente, integrou a Junta de Governo de Pernambuco e seguiu para o Rio de Janeiro, onde participou da Assembleia Constituinte.

Quando chegou a Goiás, Lopes Gama encontrava uma província em processo de rearticulação econômica. A mineração havia perdido centralidade, enquanto a pecuária ocupava espaço crescente. Os proprietários rurais encontravam-se dispersos pelo território e dependiam de mediadores para estabelecer relações com o governo.

A atuação de Lopes Gama deve ser compreendida nesse cenário. Ele não era simplesmente um administrador encarregado de executar ordens imperiais. Precisava interpretar uma realidade regional e construir mecanismos para tornar efetiva a administração. Sua primeira preocupação esteve relacionada à reorganização da própria máquina administrativa. Reorganizou o expediente da Secretaria de Governo e procurou ampliar sua capacidade de funcionamento.

Ao mesmo tempo, tomou medidas em diferentes áreas: ampliou o sistema de ensino, criou o Hospital da Caridade D. Pedro de Alcântara, promoveu iniciativas relacionadas à navegação dos rios Araguaia e Tocantins, abriu estradas, construiu pontes, reformulou o sistema fiscal e procurou estimular a exploração mineral em Goiás. Essas medidas podem parecer distintas, mas possuem um elemento comum: enfrentavam diferentes dimensões do isolamento.

Estradas e pontes deveriam melhorar a circulação terrestre. A navegação dos rios poderia ampliar as possibilidades de comunicação. A reforma fiscal buscava fortalecer a capacidade financeira do governo. O ensino ampliava a capacidade administrativa e intelectual. O hospital representava a construção de serviços públicos. O estímulo à mineração buscava diversificar e fortalecer a economia. A administração de Lopes Gama pode, portanto, ser interpretada como uma tentativa de produzir maior integração territorial.

A questão indígena também ocupou lugar importante em seu governo. Em ofício dirigido ao Ministro do Império, Lopes Gama apresentou um projeto relacionado à educação e à “civilização” dos indígenas. O documento relacionava os conflitos existentes entre indígenas, arraiais e fazendas à violência praticada durante o processo histórico de ocupação. É importante preservar a especificidade histórica dessa linguagem. A noção de “civilização” pertence ao universo político do século XIX e não deve ser tomada como equivalente às concepções contemporâneas de autonomia ou reconhecimento dos povos indígenas. O que interessa historicamente é observar que a administração provincial passou a incorporar a questão indígena como problema de governo.

Lopes Gama promoveu também a reconstrução de aldeias e criou condições para que crianças indígenas fossem recebidas por mestres artesãos como aprendizes. Essas iniciativas estavam relacionadas ao projeto de integração social e administrativa formulado no período. Sua administração encontrou, entretanto, limites e resistências. O Conselho Administrativo da Província era composto por importantes homens da política local, entre eles Major José Rodrigues Jardim, Padre Luís Gonzaga Camargo Fleury, Padre Luís Antônio da Silva e Souza, Padre Luís Bartolomeu Marques, Tenente-Coronel João José do Couto Guimarães e Pedro Gomes Machado.

A composição do Conselho demonstra que Lopes Gama governava em meio a grupos que possuíam raízes profundas na sociedade regional. Os conflitos registrados entre o presidente e alguns desses homens revelam que a reorganização administrativa era também uma disputa sobre os rumos da província. O problema não consistia simplesmente em escolher entre governo imperial e autonomia local. Os grupos locais necessitavam do governo para construir estradas, organizar a arrecadação e ampliar a circulação, mas também desejavam preservar espaços de decisão.

Lopes Gama ocupava uma posição intermediária. Representava o poder imperial, mas dependia das redes locais para governar. Ao mesmo tempo, precisava convencer o governo imperial da necessidade de medidas específicas para Goiás. Sua insistência em permanecer na província, mesmo diante de uma ordem para retornar à Corte, evidencia o envolvimento que desenvolveu com os problemas administrativos locais. A documentação utilizada no manuscrito registra que foi necessária uma segunda comunicação para que ele reassumisse seu lugar na Assembleia do Império.

Esse episódio é significativo porque revela que sua experiência em Goiás ultrapassou a mera ocupação burocrática de um cargo. O contato com a realidade provincial produziu uma percepção de que os problemas locais exigiam respostas específicas. O projeto administrativo de Lopes Gama pode ser entendido como uma tentativa de transformar o isolamento em problema de governo. A questão não era eliminar a distância geográfica, mas construir instituições capazes de funcionar apesar dela.

A infraestrutura desempenhava papel central nesse projeto. Estradas e pontes significavam circulação econômica, mas também significavam presença estatal. A navegação dos rios poderia conectar diferentes partes da província e ampliar os circuitos comerciais.

O mesmo raciocínio vale para a educação. Em uma sociedade na qual proprietários dependiam de padres, letrados e funcionários para encaminhar seus interesses, ampliar a formação escolar significava ampliar a capacidade de participação administrativa. O governo provincial procurava, assim, produzir uma presença mais concreta do Estado no território.

Essa presença, contudo, não poderia ser construída sem negociação com os grupos locais. A força dos proprietários rurais, comerciantes e homens ligados à burocracia era consequência da própria transformação econômica. Quanto mais a sociedade se dispersava, mais importantes se tornavam os mediadores capazes de articular o território. A administração de Lopes Gama revela, portanto, uma tensão constitutiva do processo de construção do Estado imperial: fortalecer o Estado exigia negociar com grupos que haviam adquirido poder justamente em função da fragilidade relativa da presença estatal.

5 Independência e autonomia: os sentidos políticos da transformação

A Independência em Goiás deve ser situada nesse quadro de transformações anteriores. A ruptura política com Portugal não criou as contradições existentes na província. Ela forneceu

uma nova conjuntura para que essas contradições fossem formuladas politicamente. A sociedade goiana havia mudado desde o auge da mineração. A economia era progressivamente agropecuária, a população estava mais dispersa e os grupos ligados à propriedade rural possuíam maior importância. O aparato administrativo, contudo, conservava estruturas concebidas para uma realidade anterior. A crítica à administração deve ser compreendida como expressão dessa inadequação.

Assim, o sentido da Independência, nesse contexto, não pode ser reduzido a uma simples substituição de autoridades. Ela abriu espaço para renegociar a relação entre a província e o centro de poder. A autonomia defendida pelos grupos locais não significava necessariamente separação. Tratava-se, sobretudo, da possibilidade de participar mais diretamente da condução dos assuntos regionais.

Essa autonomia era, contudo, socialmente limitada. A sociedade goiana permanecia profundamente hierarquizada e escravista. As reivindicações de autonomia formuladas pelas elites não constituíam projetos de transformação social geral. Estavam relacionadas à administração, à economia, à circulação e à participação política dos grupos dirigentes. A linguagem dos “interesses do povo goiano” deve ser compreendida nessa perspectiva. O termo “povo” funcionava como categoria política que permitia apresentar determinadas reivindicações como interesses coletivos.

A Independência produziu, assim, uma nova linguagem para problemas antigos. A necessidade de estradas, pontes, comunicação, reorganização fiscal e estímulo à produção podia agora ser formulada dentro do projeto de construção de uma província integrante do Império brasileiro.

Essa característica é importante porque permite evitar uma oposição simplista entre centralização e autonomia. Os grupos locais podiam defender maior autonomia e, simultaneamente, exigir maior presença do Estado. A questão não era simplesmente ter mais ou menos Estado. Tratava-se de definir que Estado, onde, como e a serviço de quais interesses. Essa contradição aparece claramente na administração de Lopes Gama. Suas iniciativas fortaleciam a presença do poder público, mas também respondiam a demandas da sociedade regional. Melhorar as estradas beneficiava a administração e a pecuária; reformar o sistema fiscal fortalecia o governo e procurava responder aos problemas econômicos; estimular a navegação ampliava a integração territorial e as possibilidades de comércio.

A construção do Estado imperial ocorreu, portanto, por meio de convergências, negociações e conflitos entre o poder central e os diferentes poderes constituídos nas localidades. Como observa Ilmar Rohloff de Mattos, a consolidação da ordem imperial não pode ser compreendida como simples imposição do centro sobre as províncias, mas como resultado da constituição de uma rede de relações políticas na qual as elites locais desempenhavam papel decisivo na sustentação e reprodução da ordem imperial. O poder central dependia dessas elites para alcançar as populações, organizar a administração e assegurar a efetividade de suas decisões; em contrapartida, as elites locais recorriam ao Estado imperial em busca de recursos, infraestrutura,

cargos, proteção e reconhecimento político. Tratava-se, assim, de uma relação marcada simultaneamente pela dependência e pela disputa por espaços de poder. Administradores como Lopes Gama ocupavam uma posição estratégica nesse processo, funcionando como mediadores entre as determinações do centro e as demandas, resistências e interesses das sociedades locais. Nesse sentido, a construção do Império deve ser entendida menos como a expansão linear de uma autoridade centralizada e mais como um processo de articulação de interesses, no qual se produzia, simultaneamente, o Estado e a própria ordem social que lhe dava sustentação (MATTOS, 1987). Essa dinâmica permite compreender a formação do Estado brasileiro como processo territorial. O Império precisava incorporar regiões com diferentes trajetórias históricas, econômicas e sociais.

Goiás constituía um desafio particularmente importante, porque sua integração não poderia ser construída simplesmente pela reprodução dos modelos administrativos das áreas litorâneas. Era necessário desenvolver formas de governo adequadas a uma sociedade marcada pela dispersão populacional, pelas grandes distâncias e pelas dificuldades de comunicação. A análise de Sérgio Paulo Moreyra sobre a Independência em Goiás evidencia justamente as condições específicas que marcavam a Capitania no início do século XIX: a dispersão da população, a decadência da mineração, a fragilidade das atividades comerciais e as dificuldades de articulação econômica e territorial com outras regiões do Império (MOREYRA, 1973). Nesse sentido, a Independência não eliminou o isolamento. Ela transformou seu significado político. Antes, a distância estava inscrita na relação entre capitania e monarquia portuguesa; depois, passou a integrar a relação entre província e Império brasileiro. O problema, portanto, deixou de ser apenas o da distância em relação à metrópole e passou a envolver a capacidade do novo Estado nacional de produzir mecanismos de integração, autoridade e pertencimento em territórios espacialmente afastados dos principais centros de poder. A questão tornou-se, então, como integrar Goiás sem eliminar as especificidades locais.

A experiência de Lopes Gama revela uma tentativa de responder a essa questão. Sua administração procurou reorganizar instituições e, ao mesmo tempo, compreender os interesses locais. Essa negociação não foi consensual. Os conflitos com membros do Conselho Administrativo demonstram que havia diferentes projetos para a província. Ainda assim, existia uma convergência fundamental: a percepção de que uma administração estruturada para uma sociedade mineradora já não respondia adequadamente às necessidades de uma sociedade agropecuária.

É nesse sentido que o processo de Independência deve ser interpretado como um momento de reorganização das relações políticas e administrativas. A mudança de regime não significou apenas a transferência da soberania portuguesa para um novo centro de poder, mas abriu espaço para que problemas econômicos, territoriais e administrativos fossem progressivamente convertidos em questões de natureza política. A província passou a formular demandas próprias

e a negociá-las no interior da nova estrutura imperial, tornando-se parte ativa — ainda que em condições desiguais — do processo de definição dos contornos do novo Estado.

Essa perspectiva aproxima-se da interpretação de Ilmar Rohloff de Mattos, para quem a construção do Estado imperial deve ser compreendida como um processo historicamente determinado, articulado à constituição de forças sociais e políticas capazes de exercer uma direção sobre a sociedade. Em *O Tempo Saquarema*, Mattos enfatiza que a formação do Estado imperial e a constituição da classe senhorial constituíram processos intimamente relacionados, cuja articulação resultou da ação consciente de grupos que procuravam construir e dirigir uma determinada ordem política e social (MATTOS, 1987).

Aplicada à experiência goiana, essa perspectiva permite compreender a Independência não como um acontecimento que simplesmente submeteu a província a uma autoridade nacional previamente constituída, mas como parte de um processo mais amplo de construção da própria unidade imperial. A experiência de Goiás demonstra, portanto, que essa unidade não ocorreu apenas por decisões tomadas na Corte. Ela foi produzida também pela incorporação, negociação e hierarquização de demandas, interesses e conflitos regionais. A construção do Império pressupunha, assim, a capacidade de transformar diferenças territoriais e interesses provinciais em elementos administráveis dentro de uma ordem política comum, preservando, ao mesmo tempo, as hierarquias que estruturavam essa ordem. Nesse movimento, Goiás não aparece como simples periferia passiva da construção imperial, mas como espaço no qual as tensões entre autonomia, integração e autoridade central se tornaram particularmente visíveis. A periferia não era exterior ao processo de formação do Estado. Ela constituía uma de suas condições.

Goiás não foi apenas receptor da Independência. Os grupos locais participaram da definição de seus significados. A Independência foi apropriada como oportunidade de reorganização das relações entre poder local, administração provincial e governo imperial. Essa interpretação permite também rever a ideia de isolamento como sinônimo de atraso. O isolamento produziu dificuldades, mas também criou condições para o fortalecimento de redes locais de poder e para o desenvolvimento de estratégias de adaptação.

A distância dos centros decisórios não impediu a política. Produziu uma política marcada pela mediação, pela negociação e pela autonomia relativa dos grupos locais. Essa experiência ajuda a compreender a formação do Estado imperial como processo não linear. A construção da autoridade nacional não eliminou as estruturas coloniais de uma só vez. Instituições, agentes e relações continuaram existindo e foram progressivamente reorganizados. A passagem da capitania à província deve ser vista nessa perspectiva de continuidade e transformação. O novo Estado apropriou-se de estruturas herdadas e procurou adaptá-las às necessidades de uma nova ordem política.

Lopes Gama constitui exemplo dessa tentativa. Sua atuação demonstra que a construção do Estado imperial exigia mais do que a substituição de autoridades. Era necessário criar condições materiais para que o poder pudesse alcançar o território. Estradas, pontes, navegação,

ensino, saúde e administração constituíam formas de territorialização do Estado. A administração tornava-se visível por meio dessas instituições.

Essa dimensão permite retomar a questão central do artigo: o isolamento era um problema econômico, mas também um problema de governo. A distância dificultava o comércio, mas também dificultava a administração. A dispersão favorecia a autonomia das unidades produtivas, mas dificultava a fiscalização. A fragilidade dos antigos arraiais reduzia a capacidade de centralização, mas fortalecia os espaços de poder local.

A Independência ocorreu nesse campo de tensões. Ela não resolveu automaticamente essas contradições. Apenas alterou o quadro político no qual seriam negociadas.

6 Considerações finais

A análise desenvolvida permite compreender a Independência em Goiás como parte de um processo mais amplo de transformação das relações entre economia, território e poder. A principal hipótese do artigo foi a de que a Independência encontrou em Goiás uma sociedade já profundamente modificada pelo declínio da mineração e pela expansão das atividades agropecuárias. Essas transformações produziram uma nova configuração territorial e social que entrou em tensão com um aparato administrativo construído para uma sociedade mineradora.

A passagem da mineração à pecuária não significou simplesmente decadência. Produziu adaptações. A agricultura de autoconsumo, a expansão das áreas de cultivo, a ocupação de novas terras e o crescimento da pecuária constituíram respostas às condições econômicas regionais. O gado tornou-se particularmente importante porque podia ser transportado pelos próprios meios, reduzindo parte das dificuldades impostas pelas distâncias. A consequência foi uma sociedade mais dispersa.

Os antigos arraiais perderam centralidade, enquanto as unidades produtivas rurais adquiriram importância crescente. A transformação espacial produziu efeitos administrativos: as instituições permaneciam concentradas em núcleos que já não correspondiam aos principais espaços da vida econômica.

O isolamento, portanto, não deve ser entendido como simples distância geográfica. Ele constituiu uma experiência histórica produzida pela articulação entre distância, precariedade das comunicações, dispersão populacional, transformação econômica e dificuldades administrativas.

Essa perspectiva permite superar uma leitura que identifica Goiás exclusivamente à decadência. A historiografia de Luiz Palacin foi fundamental para compreender a profundidade da crise provocada pelo declínio da mineração e seus efeitos sobre a população, os arraiais e as formas de organização econômica. Em sua interpretação, a redução da atividade mineradora foi acompanhada por um processo de ruralização da sociedade e pela consolidação de uma economia marcada pela agricultura e pela pecuária de subsistência (PALACIN, 1972). Essa

leitura, entretanto, não precisa conduzir à compreensão da sociedade goiana oitocentista como simples expressão de uma crise permanente.

É justamente nesse ponto que a contribuição de Nars Fayad Chaul permite deslocar o olhar historiográfico. Ao questionar a construção da ideia de decadência em Goiás, Chaul chama atenção para o fato de que a sociedade posterior à mineração possuía formas próprias de organização, sociabilidade e produção que não poderiam ser avaliadas exclusivamente a partir dos parâmetros de prosperidade produzidos pela economia aurífera. Em *Caminhos de Goiás*, sua crítica dirige-se à tendência de interpretar o século XIX goiano a partir da comparação com o período minerador e, sobretudo, com modelos externos de progresso e modernidade (CHAUL, 1997).

Desse modo, a crise da mineração produziu perdas e desestruturações, mas também estimulou processos de reorganização econômica e territorial. O declínio dos arraiais mineradores não significou necessariamente o desaparecimento da vida social, mas favoreceu a expansão de formas rurais de ocupação, de redes de circulação e de atividades agropastoris. Da mesma maneira, a fragilidade das estruturas administrativas não deve ser entendida apenas como ausência ou fracasso do poder, pois também abriu espaços para a atuação e a negociação dos grupos locais. A chamada “decadência”, portanto, pode ser compreendida menos como uma condição absoluta de Goiás e mais como uma transformação histórica: a passagem de uma sociedade organizada em torno da mineração para outra, marcada pela dispersão territorial, pela ruralização, pela pecuária, pela agricultura e pela persistência de circuitos comerciais.

Nessa perspectiva, o pós-mineração não representa simplesmente o fim de uma época de prosperidade, mas a constituição de outras formas de vida econômica e social. Como demonstra a historiografia sobre as atividades comerciais, mesmo em um contexto de baixo dinamismo econômico, o comércio continuou presente e desempenhou papel importante na articulação dos diferentes espaços goianos (SALGADO, 2020). Assim, mais do que uma sociedade que simplesmente “sobreviveu” à mineração, Goiás experimentou um processo de recomposição de suas formas de produção, circulação e ocupação territorial.

A sociedade goiana não desapareceu diante da crise. Reorganizou-se. Essa reorganização econômica produziu uma transformação política. Fazendeiros, comerciantes, burocratas, religiosos e homens letrados passaram a ocupar posições importantes na mediação entre a sociedade e o governo.

O Estado não estava ausente, mas sua presença dependia de redes locais. É nesse ponto que a experiência de Caetano Maria Lopes Gama ganha importância. Sua administração revela uma tentativa de construir uma presença estatal adequada às novas condições da província. A reorganização da Secretaria de Governo, a ampliação do ensino, a criação do Hospital da Caridade D. Pedro de Alcântara, as iniciativas de navegação, abertura de estradas, construção de pontes, reforma fiscal e estímulo à exploração mineral constituíam dimensões de um mesmo projeto: ampliar a capacidade de governo e reduzir os obstáculos à integração.

A questão indígena também demonstra que a administração provincial procurava intervir sobre conflitos produzidos pela ocupação territorial e pela expansão das atividades econômicas. A atuação de Lopes Gama não ocorreu sem resistências. Os conflitos com membros do Conselho Administrativo demonstram que a reorganização da província envolvia diferentes interesses. O presidente precisava negociar com os grupos locais ao mesmo tempo em que representava o projeto imperial.

Essa posição intermediária é central para compreender o processo. A construção do Estado imperial em Goiás não foi uma simples imposição do centro. Tampouco constituiu uma autonomia completa das elites locais. Foi um processo de negociação. Os grupos locais desejavam maior capacidade de conduzir os assuntos provinciais, mas também dependiam do Estado para garantir infraestrutura, circulação e reconhecimento. O governo imperial buscava fortalecer sua autoridade, mas dependia dos grupos locais para alcançar uma sociedade territorialmente dispersa.

A autonomia, nesse contexto, não significava necessariamente separação. Significava capacidade de intervenção. A Independência abriu espaço para essa renegociação. Por isso, não é suficiente perguntar quando a Independência chegou a Goiás. É necessário perguntar quais problemas históricos de Goiás deram significado à Independência.

A resposta encontra-se nas transformações acumuladas desde o declínio da mineração. A sociedade que ingressou na ordem imperial já não era aquela que havia produzido o aparato administrativo colonial. Era uma sociedade mais rural, mais dispersa, marcada pela pecuária e por redes locais de poder.

O desafio do novo Estado provincial consistia em governá-la. A passagem de capitania a província não eliminou as estruturas coloniais. Reorganizou-as. A formação do Império foi, portanto, simultaneamente uma experiência de continuidade e transformação. A experiência goiana demonstra que a unidade territorial brasileira não foi construída apenas por centralização. Foi construída também por negociação.

A periferia não estava fora da história nacional. Sua posição periférica era parte constitutiva da formação do próprio Estado. Goiás participou da construção do Império a partir de sua experiência particular de distância, dispersão e adaptação. Nesse sentido, o “isolamento” não deve ser tratado como uma característica permanente da região. Ele foi historicamente produzido e poderia ser transformado. Estradas, pontes, navegação, escolas, hospitais e repartições públicas constituíram instrumentos dessa transformação.

A administração passou a procurar alcançar uma sociedade que havia se deslocado espacialmente. Essa foi uma das principais questões políticas do período.

A Independência não resolveu o problema, mas mudou seu enquadramento. O antigo problema colonial de administrar uma capitania distante tornou-se o problema imperial de integrar uma província distante. Essa mudança é decisiva. Ela demonstra que a construção do

Estado brasileiro ocorreu em diferentes escalas e dependeu da capacidade de articular projetos nacionais e interesses regionais.

A experiência de Lopes Gama constitui uma janela privilegiada para observar esse processo. Seu governo revela a tentativa de converter dificuldades econômicas e territoriais em políticas de integração. Os grupos locais, por sua vez, procuraram converter o descontentamento com a administração em reivindicações de reorganização política.

O resultado foi uma nova relação entre poder imperial e sociedade provincial. Os “sons da solidão” não correspondem ao silêncio de uma região sem história. Eles representam as vozes de uma sociedade que, distante dos centros decisórios, precisou elaborar estratégias próprias de adaptação. A crise da mineração produziu novos caminhos econômicos. A pecuária reorganizou o território. A dispersão populacional modificou as relações entre sociedade e administração. A fragilidade das instituições fortaleceu mediações locais. A Independência transformou essas contradições em questões políticas. E a administração de Lopes Gama revelou a tentativa de construir novas formas de integração.

A história de Goiás entre 1803 e 1826 pode, portanto, ser entendida como uma história de adaptações. Adaptações econômicas diante da crise da mineração; territoriais diante da expansão da pecuária; sociais diante da dispersão populacional; administrativas diante da inadequação das instituições; e políticas diante da formação do Estado imperial. Essa perspectiva permite retirar Goiás de uma posição de simples espectador dos acontecimentos nacionais.

A província não apenas recebeu os efeitos da Independência. Seus grupos sociais, seus administradores e suas instituições participaram da construção dos significados da nova ordem. A Independência em Goiás foi, portanto, uma experiência de negociação entre centro e periferia, entre autoridade imperial e poderes locais, entre necessidade de integração e desejo de autonomia.

O “sertão” não estava fora do processo de formação do Brasil. Ao contrário, sua própria condição de espaço aparentemente exterior ao projeto de civilização constituía parte fundamental da maneira pela qual a nação brasileira foi imaginada, organizada e representada. Como demonstra Maria Amélia Garcia de Alencar, a associação entre sertão, isolamento, atraso e ausência de civilização não corresponde simplesmente a uma característica objetiva desses espaços, mas resulta de uma construção histórica produzida, entre outros agentes, pelos relatos dos viajantes, que contrapuseram o interior ao litoral e identificaram este último como lugar privilegiado da civilidade e do progresso (ALENCAR, 2000).

Essa perspectiva pode ser aprofundada a partir de Sidney Valadares Pimentel, para quem o sertão deve ser compreendido também como uma categoria cultural e simbólica, capaz de organizar discursos sobre a região, o lugar e a própria nacionalidade. O sertão, nesse sentido, não constitui simplesmente o “lado de fora” do Brasil, mas um dos espaços a partir dos quais o país produziu imagens de si mesmo. A oposição entre litoral e sertão, portanto, não expressava apenas uma diferença espacial: ela participava da construção de hierarquias, identidades e projetos de nacionalidade (PIMENTEL, 2006).

No caso de Goiás, essa formulação permite deslocar o problema. Mais do que perguntar por que Goiás permaneceu distante dos centros de poder, importa compreender como essa distância foi historicamente produzida, nomeada e politicamente significada. O sertão goiano não estava à margem da formação do Brasil; sua condição de “margem” foi, ela própria, uma dimensão constitutiva desse processo. A distância, o isolamento e a precariedade das comunicações não impediram a integração de Goiás ao processo de construção nacional. Ao contrário, foram elementos por meio dos quais essa integração foi negociada, experimentada e representada. Goiás, portanto, não deve ser pensado como um território que aguardava sua incorporação ao Brasil, mas como parte constitutiva de um Brasil que se fazia também através de seus sertões.. Era parte dele. E é justamente nessa condição que reside a importância histórica da experiência analisada: compreender Goiás não como uma região isolada da história brasileira, mas como um espaço no qual as próprias formas de integração, administração e poder do Brasil imperial foram negociadas e construídas.

Referências

- ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. A (re)descoberta do sertão. Fragmentos de Cultura, Goiânia, 2000.
- BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal. Brasília: Solo Editora, 1994.
- CHAUL, Nasr Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora da UFG; Editora da UCG, 1997.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MOREYRA, Sérgio Paulo. A independência em Goiás. Revista de História, São Paulo, v. 46, n. 94, p. 459-486, 1973. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1973.132004.
- MOREYRA, Sérgio Paulo. À sombra do ouro. Revista do ICHL, Goiânia, v. 2, n. 2, jul./dez. 1982.
- MOREYRA, Sérgio Paulo. O processo de independência em Goiás. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: dimensões. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 251-282.
- PALACIN, Luís. Goiás: 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas. Goiânia: Oriente, 1972.
- PIMENTEL, Sidney Valadares. Pactários da natureza e da cultura: os sertões. Revista UFG, Goiânia, v. 8, n. 2, 2006.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- SALGADO, Tathiana Rodrigues. Atividades comerciais no contexto da economia de subsistência do século XIX em Goiás – Brasil. Revista de História da UEG, 2020.

SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TELES, José Mendonça. Memórias goianas. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Centro de Cultura Goiana, 1982.